



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE RONDÔNIA  
Gabinete da Presidência

**GABINETE DE ARTICULAÇÃO PARA ENFRENTAMENTO DA PANDEMIA NA  
EDUCAÇÃO NO ESTADO DE RONDÔNIA (GAEPE/RO)**

**Ata da Reunião GAEPE – 13.11.20**

**(19ª Reunião)**

Aos treze dias do mês de novembro do corrente ano de 2020, reuniram-se, por videoconferência: o Excelentíssimo senhor Presidente do Tribunal de Contas do Estado de Rondônia, Paulo Curi Neto, representando esta Egrégia Corte de Contas; a Excelentíssima Procuradora de Contas do Ministério Público de Contas (MPC/RO) Ivonete Fontinelle; o Excelentíssimo senhor Desembargador Isaías Fonseca Moraes, representante do Tribunal de Justiça (TJ/RO); o Excelentíssimo senhor Defensor Público Sérgio Muniz Neves, representante da Defensoria Pública do Estado (DPE/RO); o Excelentíssimo senhor Promotor de Justiça e Coordenador do Grupo de Atuação Especial de Defesa da Educação e Infância – GAEINF, Marcos Giovane Ártico, a Excelentíssima senhora Promotora de Justiça da Saúde, Emília Oiye; o Excelentíssimo senhor Secretário de Estado da Educação (SEDUC/RO), Suamy Vivecananda Lacerda de Abreu; o senhor Presidente da União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação (UNDIME/RO), Vilson Sena de Macedo; a senhora coordenadora estadual da Covid-influenza e representante da Agevisa, Flávia Cerrano; o Presidente do Sindicato dos Estabelecimentos Particulares de Ensino de Rondônia – SINEPE/RO, Augusto Pellúcio e; representando o Instituto Articule, a senhora Alessandra Gotti e o senhor Ismar Barbosa da Cruz, a fim de discutirem a pauta que havia sido disponibilizada com antecedência, e que versou sobre as tratativas já em curso nas diferentes instituições relacionados ao tema do ensino remoto.

**1) O que foi discutido**

O presidente do TCERO, Conselheiro Paulo Curi Neto abriu a reunião cumprimentando a todos os presentes partícipes do Gaepe e já falando sobre os dois pontos de pauta voltados ao relato do Ministério Público acerca da atuação das promotorias de justiça com respeito às ações derivadas da fiscalização conjunta com o TCE sobre os planos de retorno às atividades presenciais de ensino e da apresentação da Nota Técnica da Agevisa, especificamente relacionada ao planejamento de retorno às aulas, que envolverá as secretarias de saúde dos municípios, bem como as promotorias de justiça da saúde.

A representante da Articule, senhora Alessandra Gotti, explica sobre o terceiro ponto de pauta que trataria da discussão sobre os protocolos voltados ao transporte escolar em que seria apresentado pela Seduc que por motivos alheios ficaria para a próxima reunião face a ausência de dados que seriam expostos para explanação ao Gaepe.

O Promotor de Justiça e Coordenador do Grupo de Atuação Especial de Defesa da Educação e Infância – GAEINF, Marcos Giovane Ártico tem a palavra e cumprimenta a Srª Emília enfatizando que a mesma contribuirá com a reunião.

Os documentos produzidos (nota técnica e o relatório do TCERO e MPERO) foram devidamente compartilhados com os envolvidos. Informa que emitiu o ofício-circular de n.



## TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE RONDÔNIA

### Gabinete da Presidência

12/2020/GAEINF sugerindo aos promotores de justiça, respeitando a independência funcional de suas atribuições, no âmbito de sua Comarca, que realizasse o acompanhamento e a fiscalização da elaboração dos planos de retomada das atividades escolares presenciais junto aos gestores municipais de educação, mediante instauração de procedimento específico (administrativo ou inquérito civil), e para tal desiderato, caso ainda não tenha sido instaurado.

O mesmo apresenta planilha informando as atividades realizadas em cada comarca a fim de se ter parâmetro das promotorias indicando que pelo menos 48% das promotorias já instauraram procedimentos específicos para o acompanhamento, pois das 23 comarcas, 11 instauraram procedimentos de acompanhamento.

Dos 52 municípios, 27 estão sendo acompanhados, através das promotorias de justiça.

De acordo com o arquivo apresentado, os municípios que tiveram procedimentos instaurados são: Alta Floresta do Oeste, Alto Alegre dos Parecis, Buritis, Cacoal, Campo Novo de Rondônia, Chupinguaia, Guajará Mirim, Jaru, Ji-Paraná, Machadinho do Oeste, Ministro Andreazza, Mirante da Serra, Nova Brasilândia do Oeste, Nova Mamoré, Nova União, Novo Horizonte do Oeste, Ouro Preto do Oeste, Parecis, Pimenta Bueno, Primavera de Rondônia, Santa Luzia do Oeste, São Felipe do Oeste, São Francisco do Guaporé, Teixeiraópolis, Vale do Anari, Vale do Paraíso e Vilhena

Informa que a última nota técnica emitida pelo Gaepe teve repercussão positiva junto aos envolvidos.

Dr<sup>a</sup> Alessandra sugere que os informes tanto por parte do MPERO quanto por parte do TCERO sejam permanentes em todas as reuniões a fim de monitorar o andamento das informações.

O Promotor de Justiça Dr. Alexandre Jésus pede a palavra a fim de expor que em Porto Velho os procedimentos já estão instaurados em relação ao planejamento e que estão sendo discutidos os pontos em andamento. Informa que o município de Candeias do Jamari não realizou ainda a elaboração do plano, Itapuã do Oeste já está bem adiantado, inclusive pronto para a volta às aulas presenciais e Porto Velho irá voltar apenas no próximo ano, exceto a zona rural que terá atenção voltada em virtude dos prejuízos do transporte escolar nesse período de pandemia, pois mesmo com a entrega do material impresso, ainda há algumas dificuldades.

Informa que Candeias do Jamari só retornará ano que vem com o retorno das aulas presenciais. Encampa a posição de não agir com judicializações em situações voltadas ao tema em questão, sabendo que por força da pandemia, os fatores sanitários acabam preponderando sobre qualquer decisão em relação ao retorno das aulas presenciais.

Dada a palavra ao auditor de controle externo Raimundo Paulo Dias, o mesmo informa que no TCERO já há portaria de designação dos técnicos envolvidos; que já houve início do monitoramento (fase de monitoramento) e que houve expedição de ofícios aos municípios envolvidos para atualização dos planos de retorno.



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE RONDÔNIA  
Gabinete da Presidência

Dr<sup>a</sup> Alessandra abre a palavra para quem deseja se manifestar sobre o primeiro ponto de pauta.

A secretária municipal de educação Zenilda do município de Cerejeira solicita informações sobre os procedimentos que deverão ser feitos em relação aos eixos abordados relativos ao plano elaborado, dada a palavra ao auditor Raimundo Paulo o mesmo fala que poderá ser respondido pela equipe de fiscalização do plano de maneira direta e pontual com a secretária municipal.

A Dr<sup>a</sup> Alessandra fala sobre o segundo ponto de pauta relacionado a nota técnica da Agevisa sobre a volta às aulas de maneira presencial será apresentado pela Dr<sup>a</sup> Flávia os pontos principais a fim de que seja bastante discutido nesta reunião. Alega que a referida nota técnica é uma ferramenta importante que poderá ser utilizada pelas escolas, sem prejuízo de outras ferramentas que porventura a municipalidade possa ter.

Foi levantado a questão pela Dr<sup>a</sup> Alessandra sobre os procedimentos dos municípios em relação a alimentação escolar, como deveria ser efetuado a alimentação escolar nesse período, observadas as peculiaridades em cada município.

A representante da Agevisa fala sobre a existência da nota técnica de n. 53 que contempla o respectivo tema, sugerindo que a nota técnica seja repassada ao Gaepe em outra reunião a fim de melhor conhecimento e orientação nas escolas e setores pertinentes.

A Dr<sup>a</sup> Emília Oiye, promotora de justiça da saúde, se manifesta sobre a participação em reunião com um possível retrocesso da fase 4 para a fase 3 em virtude do nível de contaminação está muito alto e os prontos-socorros com grandes dificuldades de atendimento.

Considera que não seria difícil a discussão com as unidades de saúde, até porque eles buscam respaldo para atender o paciente.

Em relação as UBS, sua experiência diz que se torna complexo especialmente no município de Porto Velho, como a maior região, pois há um problema de cobertura na capital em virtude da legislação que trata dos horários de atendimento dentre outras situações.

Uma das maiores necessidades se torna em relação ao atendimento no tocante a área geográfica de cada UBS e das escolas a fim de não ser deixado de atender um determinado paciente, em virtude de não estar dentro da área de cobertura bem como pelo quadro insuficiente de profissionais para o atendimento.

Alerta sobre a dificuldade de aquisição de EPIs por parte de alguns alunos, o que poderia ser estudado medidas pelos órgãos públicos.

A Dr<sup>a</sup> Alessandra fala sobre a busca de indução no Estado e municípios

A senhora Vera Lúcia Quadros, Presidente do Conselho de secretarias municipais de saúde em Rondônia - Cosems/RO, não pode participar da reunião em virtude de problemas particulares, designando a senhora Conceição para representá-la e a ela foi dada a palavra para que se manifestasse sobre as articulações que deverão ser efetuadas pelo Cosems e os



## TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE RONDÔNIA

### Gabinete da Presidência

municípios. A senhora Conceição se manifestou alegando sobre as limitações de alguns assuntos e apenas expondo que concorda plenamente com as sugestões e explicações dadas pela promotora de justiça da saúde, Dr<sup>a</sup> Emília Oiye.

A Dr<sup>a</sup> Alessandra vem então sugerir que este ponto volte a ser tratado com mais detalhes na próxima reunião, inclusive com a presença sugerida da senhora Vera Lúcia Quadros, representante do Cosems sobre a interação desse caminho entre as UBS e as escolas.

O senhor Vilson Sena, presidente da UNDIME, também se manifesta, cumprimentando inicialmente os presentes e falando sobre os fatores que são múltiplos e que são existentes nas escolas, não apenas em relação a Covid-19 mas também em transtornos que ocorrem dentro das escolas. Em continuidade a sua manifestação o mesmo sugere que haja maior proximidade entre a equipe da saúde e da educação, inclusive com apoio da área social a fim de poder trabalhar em questões inclusive na área social (abusos, violência), caminhando todos no “mesmo caminho”, entendendo o processo.

Alerta também que é necessário que cada ator faça sua parte sem necessidade de entrar na seara do outro, o que geraria maior retorno e atingimento de objetivos comuns.

A Dr<sup>a</sup> Alessandra em sua brilhante condução da reunião, exterioriza que o professor Vilson Sena traz uma importante situação que é a intersectorialidade, atuando de forma muito unida e as ações sejam mais eficazes e que o Gaepe utilize das boas práticas já utilizadas em alguns municípios que estão mais adiantados, repassando aos demais a fim de atender as necessidades que são básicas.

Dada a palavra ao secretário de estado da Seduc, Suamy Vivecananda Lacerda de Abreu, o mesmo não se manifestou em virtude de estar ausente ocasionado por queda de conexão de sua internet.

Dr<sup>a</sup> Flávia pede a palavra a fim de compartilhar uma experiência vivida como profissional biomédica, inicia sua fala dizendo que a Covid-19 era uma pandemia tão desconhecida que se chegou ao ponto de logo em primeiro tempo, fechar as escolas, inclusive por que não existia hospitais estruturados para atender e tratar das demandas. O problema, entende ela, continuará no próximo ano e se torna claro que os fatores epidemiológicos são primordiais e independente dos casos, já há estudos que o retorno às atividades escolares impactaria em número reduzido e que o retorno faria bem as questões psíquico sociais das crianças.

A Dr<sup>a</sup> Alessandra finaliza dizendo neste ponto que existem escolhas bem como as prioridades que norteiam estas escolhas. Necessário entender que as escolas não são lugares apenas de aprender conteúdo, mas também faz parte da rede de proteção das crianças, propicia que as mesmas possam lidar com suas emoções. Portanto, estas questões precisam ser avaliadas e ponderadas nas escolhas, especialmente nestas questões que são difíceis, preparando-se para até a possibilidade de “segunda onda” que poderia atingir novamente o Brasil.



## TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE RONDÔNIA

### Gabinete da Presidência

O senhor Augusto Pellúcio manifesta preocupação no tocante aos procedimentos sanitários face a limitação da capacidade nas escolas, reorganização de espaços, distanciamento social, influência nos impactos dos preços e outros procedimentos. A experimentação de começar algo dá uma experiência positiva para quem deve tomar decisões.

Face a sua entrada na reunião novamente, foi dada a palavra ao secretário de estado da Seduc, Suamy Vivecananda Lacerda de Abreu, para que o mesmo venha se manifestar no tocante aos serviços que sejam disponibilizados pela saúde e educação. A consideração feita pelo secretário é no tocante a existência de respostas concisas para o enfrentamento da pandemia e não agir de maneira competitiva. Alega que nove municípios estão ligados a seduc, os quais com os recursos disponíveis para o transporte não efetuam “adiantamentos” as empresas a fim de ter condições de continuidade dos serviços de transporte escolar.

O município de Porto Velho é o que está melhor aparelhado, pois tem frota nova e atualmente não está passando por este problema. Afirma que mais de 70% dos municípios está enfrentando o problema de “quebra” e fechamento das empresas face o problema de ausência de continuidade dos serviços de transporte.

Necessário é ver e estudar a capacidade de atendimento das unidades de saúde em relação as escolas.

O secretário fala ainda sobre a obrigação do Estado por meio da Seduc em atender a população no transporte escolar fluvial.

Os pagamentos não estão sendo efetuados as empresas de transporte escolar em virtude dos contratos terem sido firmados e que os pagamentos se dariam por meio de produção, o que hoje está prejudicado pois não há a referida prestação de serviços, mesmo tendo sido ajuizado ação pelos sindicatos da categoria, o que não foi favorável judicialmente.

O senhor Vilson Sena, presidente da UNDIME, também apresentou alguns dados referentes ao assunto em que afirma que não foi dada continuidade aos pagamentos dos contratos, vez que os mesmos são pagos por produção.

Em Espigão do Oeste afirma que a frota é própria contendo dezenove ônibus e existe ainda a contratação de três empresas que prestam serviços para a prefeitura e também o município faz parte do projeto ir e vir.

O presidente do TCERO, Conselheiro Paulo Curi Neto vem se manifestar sobre a questão de fechamento das empresas de transporte escolar discorrida na fala do secretário Suamy, tendo em vista os diversos procedimentos que o governo federal vem disponibilizando, entre eles financiamentos em instituições financeiras, mesmo sendo uma dificuldade tão profunda, como forma de auxiliar e evitar que as empresas fiquem inviabilizadas por completo.

O secretário da seduc enfatiza que nas reuniões sempre são enaltecidos pelos presentes sobre os problemas que as empresas de transporte escolar estão enfrentando pela paralisação ocorrida ao longo deste exercício na forma que foram elaborados os contratos. O secretário



## TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE RONDÔNIA

### Gabinete da Presidência

de seduc se mantém firme na posição em afirmar que os recursos estão disponíveis nos municípios mas não disponíveis para repasse as empresas face a ausência da contraprestação dos serviços e que se compromete juntamente com o presidente da Undime a trazer na próxima reunião a real situação de cada município em relação aos contratos firmados com as empresas voltadas ao transporte escolar.

O Presidente deste Tribunal de Contas, senhor Paulo Curi Neto, comenta sobre a importância do levantamento que será realizado pela Seduc e pela Undime e que será apresentado por meio de diagnóstico na próxima reunião.

Por fim, a Dr<sup>a</sup> Alessandra disponibiliza a palavra aos presentes, resume os pontos de pauta para a próxima reunião, afirma sobre o cumprimento da pauta e sugere o encerramento da reunião.

Ainda, o Presidente do Tribunal de Contas, senhor Paulo Curi Neto, expõe comentário do conselheiro Gilvan sobre a impossibilidade de se manifestar nesta reunião em virtude de deficiência na sua rede móvel, mas que na próxima reunião traria relatório sobre os pontos a serem apresentados e que são de sua responsabilidade.

A representante da Articule, diretamente passa a palavra ao senhor Ismar Barbosa da Cruz do instituto Articule que se manifesta enaltecendo estas atividades e que a percepção de uma governança plural sem hierarquia que debate interesses da educação em Rondônia se mostra bastante exitosa e promissora. Finaliza com um sentimento renovado.

O conselheiro Paulo Curi Neto finaliza também com o sentimento de que mesmo convivendo muito tempo com este problema, a gestão tem que agir sempre firme nas atividades remotas e em conjunto também com as atividades presenciais, provendo minimamente esses meios. Chama a todos para uma grande reflexão que em se estendendo este grave problema, a administração pública procure alternativas de solução disponibilizando equipamentos, provendo internet e buscando meios criativos para tentar minimizar esse dano que se avoluma de maneira desesperadora e acredita que no fim tudo dará certo.

A Dr<sup>a</sup> Flávia em sua fala alerta que no desafio que estamos vivendo, suas explanações não foram para desanimar nem causar alardes, mas sim em tendo esperanças e refletindo que essas reflexões nos levam ao melhor caminho.

A reflexão final desta reunião feita pelo Conselheiro do TCERO Paulo Curi Neto com a ideia de que vencida essa pandemia, seja mantida um gabinete parecido com este ou com o mesmo propósito para cuidar de questões ordinárias da educação de nosso Estado e de nossos municípios sob a coordenação conjunta da Seduc que certamente se sensibilizará mais pra frente para a alfabetização na idade certa, uma grande questão que precisa da realização de concurso na Seduc.

## **2) O que ficou deliberado**



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE RONDÔNIA  
Gabinete da Presidência

Como encaminhamento, restou acordado que as instituições, nos seus respectivos âmbitos de atuação, apresentarem maiores detalhamentos sobre as ações relativas aos seguintes pontos, a saber:

1. Discussão sobre os protocolos voltados ao transporte escolar;
2. Relato sobre as ações dos conselhos municipais de educação;
3. Interação entre as UBS e as escolas sobre os procedimentos e regras gerais nas rotinas de saúde.

Ficou marcada nova reunião para o dia 27.11.20, às 14h (quatorze horas).

Nada mais havendo a ser tratado, foi então lavrada a presente ata por mim, Bruno Botelho Piana, Auditor de Controle Externo, Matrícula n. 504. O referido é verdade e dou fé.